

1.º DE MAIO: DATA PROLETÁRIA (alguns problemas)

*Edgard Carone**

A comemoração do 1.º de Maio, que se torna com o tempo um acontecimento corriqueiro, é resultado de uma conquista árdua e penosa do movimento operário. No seu processo de afirmação ele sofre altos e baixos, mas cabe ao proletariado, em circunstâncias as mais variadas, a defesa de seus valores e a conquista do seu Dia Universal.

É mais do que sabida a origem do 1.º de Maio, a partir do trágico morticínio de Chicago. Os operários americanos, como os europeus, tiveram que travar longas batalhas pela conquista de seus direitos: melhores condições de trabalho, melhores salários, legislação social etc. No decorrer dessa luta, fazem greves, publicam jornais, protestam publicamente em comícios, num esforço para denunciar as mazelas capitalistas, fruto da rapacidade do sistema econômico. Em janeiro de 1886, tendo o apoio de boa parte dos trabalhadores de Chicago, delineia-se estratégia de luta a favor da conquista das 8 horas de trabalho, reivindicação que seria iniciada por uma greve geral (1.º de maio de 1886). Em contrapartida, as autoridades preparam contragolpe: o resultado é que, na hora do comício e de maneira provocativa, a polícia dispara contra a multidão; quando esta se dispersa, uma bomba explode entre as forças repressivas. Trabalhadores são presos: por coincidência, são alemães e anarquistas. Depois de um processo forjado, cinco são condenados à morte, dois à prisão perpétua, um a quatorze anos de prisão (1887).

Partidos, sindicatos e outras organizações operárias de todo o mundo enviam mensagens de solidariedade aos condenados arbitrariamente, já que o processo não passara de uma farsa. E a indignação cresce quando os cinco são enforcados. O ato uníssono de solidariedade

*Prof. Adjunto de História do Brasil. FFLCH-USP

veio, por sua vez, provar que a classe dos assalariados industriais já alcançara uma consciência universal, daí ter-se tornado fácil a concretização da idéia do 1.º de Maio.

É no Congresso Internacional Operário Socialista (14 a 21 de julho de 1889) — do qual se origina a II Internacional —, que se decide marcar a data. Em Resolução do Congresso, determina-se que “será organizada uma grande manifestação internacional em data fixa, de maneira que, em todos os países e em todas as cidades, ao mesmo tempo, em dia pré-marcado, os trabalhadores forcem os poderes públicos a reduzir legalmente a jornada de labor às 8 horas de trabalho”, isto, além de outras reivindicações levantadas pelo Congresso Internacional de Paris. “Desde que semelhante resolução já fora decidida a favor de 1.º de Maio pela American Federation of Labour, no seu Congresso de dezembro de 1888, em St-Louis, esta data é aceita para se transformar em manifestação internacional. Os trabalhadores das diversas nações terão que realizar esta manifestação nas condições que lhes serão impostas pela situação especial de seu país.” Cabe, por sua vez, reunir-se na Suíça a comissão executiva permanente que irá dirigir o movimento e publicar o jornal *La Journée de Huit Heures* (Congrès International Ouvrier Socialiste de Paris, pp 20-21. Reprint Minkoff).

A resolução fala, com acerto, das condições particulares de cada país, pois, se na Alemanha, Áustria e França tínhamos movimentos operários bastante organizados, em outros havia condições objetivas muito negativas. Mesmo assim, na Alemanha, a suspensão da política repressiva de Bismarck era fato recentíssimo, fator esse que não podemos deixar de lembrar. E para ilustrar a diferença entre intenção e realidade, temos que lembrar ainda que na Rússia o 1.º de Maio é celebrado, pela primeira vez, em 1917. Daí ser difícil afirmar que, nessa primeira fase — que vai até 1917 —, a data já se tenha universalizado. Apesar disso, intenção e esforços particulares nos revelam o resultado positivo dessa ação do proletariado em todo o mundo.

Assim, fatores particulares — leis proibitivas, reação policial, fraqueza das lideranças operárias etc. — retardam freqüentemente os protestos laboristas, mas a idéia de se iniciar a comemoração anual defronta-se, freqüentemente, com outras razões, como no caso da Alemanha. Esse exemplo é significativo, ainda mais porque se trata de movimento trabalhador bastante organizado, com liderança social-democrata hegemônica.

Na correspondência entre Paul Lafargue e Engels, o primeiro nota em 30 de janeiro de 1891: “Meu caro Engels, os jornais estampam uma estranha notícia: dizem que o Comitê diretor do Partido Alemão (S-d. alemã) vai dirigir-se aos outros partidos para pedir a mudança da data do 1.º de Maio e transferir a festa para o primeiro domingo de maio. Se os alemães concretizarem o seu desejo, o efeito será deplorável na França, onde já se começa o movimento para o preparo dessa manifestação. O 1.º de Maio é uma data fixa, que os operários franceses, mesmos os mais indiferentes, esperam como um acontecimento extraordinário. A importância do 1.º de Maio é seu caráter internacional, aspecto que atinge mais a população operária: ficaríamos estranhamente desapontados se soubéssemos que o partido mais forte, o que damos como exemplo, pede a transferência da sua data.” Engels, em 31 de janeiro de 1891, responde com sofisma às argumentações de Lafargue: “O Comitê diretor do Partido Alemão não mexeu no 1.º de Maio. A *fracção* parlamentar (os membros socialistas do Reichstag) resolveu, por unanimidade menos um voto, que *na Alemanha* (e em nenhum outro lugar) seria desejável celebrar a festa de maio, domingo 3 de maio, e não em Primeiro de Maio. Eis tudo. Como a Constituição (Estatutos) do partido não confere função oficial à

fracção, o ato não passa de simples emissão de um voto; este, no entanto, costuma ser geralmente sancionado (pelo partido). “Prosseguindo, Engels justifica a transferência da data sempre que esta possa traduzir fator negativo ao operariado, como se dera na Alemanha em 1890, quando os patrões, aproveitando-se da superprodução existente, despedem os empregados que não compareceram ao trabalho, aumentando, assim, o contingente de desempregados. Para Engels, a transferência do dia comemorativo deve-se dar igualmente na Inglaterra, “pelas mesmas razões expostas para o caso anterior, daí estar justificada a questão da mudança da data” (Friedrich Engels, Paul et Laura Lafargue, *Correspondance*, tomo III - 1891-1895, pp 9-12). (o grifo é do original.)

Estes episódios mostram não ter sido pacífica a questão da data do 1.º de Maio. Somente depois dos primeiros anos é que se torna corriqueira a comemoração do Dia Universal do Trabalhador, o que não impede ação negativa dos patrões sempre que possível.

Entretanto, a questão da data não afeta o Brasil, onde se comemora o acontecimento desde 1895. Em Porto Alegre, São Paulo, Rio etc., grupos operários o festejam em locais fechados: além de discursos inflamados, lembrando o que se passara em Chicago, oradores falam em martírio operário, em miséria operária e na redenção pelo anarquismo. No começo do século, o festejo, a “festa operária contra os opressores”, passa a ser realizada também na rua: a concentração dos *meetings* — como é assinalado na época — localiza-se no Largo do Cambuci ou na Praça da Sé; a última, durante freqüentes anos, recebe os cortejos que partem dos bairros do Ipiranga, Brás, Mooca, Penha etc; depois, iniciam-se os discursos vetuperando o regime e acentuando os acontecimentos de Chicago.

Enquanto os anarco-sindicalistas se apresentam como o grupo mais dinâmico da nossa sociedade, o 1.º de Maio reflete muito a sua ideologia e seu comportamento estratégico: o seu protesto se liga mais à defesa de sua herança e de suas posições ideológicas, além de levantarem reivindicações econômicas imediatistas. A partir de 1920, com o movimento comunista ascendente no mundo inteiro, os comícios começam a refletir estratégia e tática mais ampla, onde ao lado da defesa do partido comunista acentuam-se questões políticas. Esse hiato entre os dois momentos é, entretanto, realidade mundial, do qual o Brasil não pode fugir.

A festa operária vai, pouco a pouco, sendo aceita pela classe dominante brasileira, como, aliás, pela burguesia de outros países. Mas, com o nosso Ministério do Trabalho e com Getúlio Vargas, inicia-se gradativamente a “oficialização” do 1.º de Maio, medida essa que se torna fato concreto durante o Estado Novo. Agora quem festeja e lidera o dia do operariado é o Estado, isto é, o agrupamento de forças da classe dirigente; enquanto isso, as medidas concedidas pelo governo aparecem como benesses do poder. Desta maneira, a liderança do movimento deixa de pertencer ao proletariado para tornar-se um ato consentido. Esta subordinação deixa de existir a partir de 1945, com a democratização brasileira (aliás, não pretendemos analisar a questão mais recente).

Afinal, o que representa o 1.º de Maio? Porque o proletariado acentua a comemoração de sua data? A questão é ampla e pode resultar em resposta longa e até controversa. Para resumir alguns de seus traços mais importantes, podemos dizer que o 1.º de maio traduz sentido de mobilização e de propaganda. Para a comemoração da data, desde o seu início, estrategicamente o operariado abandona o seu trabalho nesse dia e realiza concentração em local determinado. A força do operariado situa-se, exatamente, na oportunidade de união de

seus membros, na discussão de seus problemas e nas resoluções comuns à classe. O 1.º de Maio, sendo Festa do Operariado, festa de todas as categorias profissionais, acaba reunindo indivíduos diversos que, de maneira uníssona, tomarão posição comum diante dos graves problemas enfrentados pelo proletariado. Por sua vez, a mobilização é fator que confere não só força, mas também traduz imagem da expansão do movimento e do espaço que a classe ocupa na sociedade. Desta maneira, a presença operária, nessa ocasião — como em outras —, reflete a imagem de sua força, da sua presença e de suas reivindicações neste processo de luta de classe.